



# **SENADO FEDERAL**

## **PARECER**

### **Nº 687, DE 2014**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre sugestão nº 1, de 2014 de proposta de projeto que cria o Programa de Prevenção da Violência na Rede Educacional Brasileira.

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

#### **I – RELATÓRIO**

A Sugestão nº 1, de 2014, originada dos trabalhos desenvolvidos durante o Programa Senado Jovem Brasileiro – Edição 2013, intenta criar o Programa de Prevenção da Violência na Rede Educacional Brasileira, com o objetivo de garantir a segurança e a integridade de professores e alunos.

Nos termos da Sugestão, é autorizada a criação de Núcleos Multidisciplinares de Prevenção nas escolas, compostos por psicólogo, assistente social, psicopedagogo, um representante do Conselho Tutelar e um profissional da área de segurança pública. Cabe a esses Núcleos realizar avaliações periódicas das ações do Programa e planejar suas atividades, a serem realizadas, pelo menos uma vez ao mês, envolvendo: jogos pedagógicos; palestras interativas com distribuição de cartilhas sobre prevenção da violência; dinâmicas de grupo; incentivo à leitura, por meio da distribuição e do intercâmbio de obras literárias; acompanhamento psicológico; filmes educativos; e reuniões periódicas com pais e professores.

A Sugestão também prevê a possibilidade de que os referidos Núcleos sejam criados em unidades socioeducativas de internação, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e que a fiscalização do Programa a ser instituído seja realizada trimestralmente.

Na justificação, os autores destacam a importância de assegurar aos estudantes brasileiros maior segurança e integridade física e psicológica, conforme preconizado pelo ECA. Enfatizam, ainda, o funcionamento dos Núcleos sugeridos como espaço de apoio às ações pedagógicas e de cidadania, além de aproximar a comunidade e a escola.

A Sugestão, inicialmente proposta como Projeto de Lei do Senado Jovem nº 1, de 2013, pelas Jovens Senadoras Ágata Pereira, Ana Paula Feitosa, Danielle Almeida, Marta Pereira, e pelo Jovem Senador Márcio Bugine Jr., foi detidamente discutida e aprovada, com emendas, pelo conjunto de participantes da edição de 2013 do Programa Senado Jovem Brasileiro.

## II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) opinar sobre sugestões legislativas. E, por força do disposto no parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, o tratamento dado a tais sugestões é extensivo à proposição aprovada e publicada no âmbito do Projeto Jovem Senador. Como esse é o caso da Sugestão nº 1, de 2014, encontram-se atendidos os requisitos regimentais para sua apreciação.

Não se trata, porém, de juízo terminativo sobre a matéria. De fato, a apreciação deste Colegiado tem caráter preliminar, pois, segundo o parágrafo único do art. 102-E do Risf, as sugestões porventura aprovadas pela CDH se transformam em proposições de autoria da Comissão e são encaminhadas à Mesa, para tramitação regular, incluindo a oitiva das comissões de mérito competentes.

Nesse sentido, e considerando que não vislumbramos óbice de cunho constitucional ou jurídico para a transformação da Sugestão nº 1, de 2014, em proposição legislativa, louvamos a iniciativa dos Jovens Senadores em trazer a esta Casa tema tão importante quanto a prevenção da violência pela ação multidisciplinar na escola.

Estamos certos de que o debate da matéria pelos Senadores fará eco às preocupações esposadas pelos jovens estudantes que participaram desse

notável exercício de cidadania e aprendizado da democracia na Casa da Federação, que constitui o cerne do Programa Senado Jovem Brasileiro.

### **III – VOTO**

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Sugestão nº 1, de 2014, para que passe a tramitar como proposição desta CDH nos termos do seguinte:

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251, DE 2014**

Cria o Programa de Prevenção da Violência na Rede Educacional Brasileira.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** É criado o Programa de Prevenção da Violência na Rede Educacional Brasileira, com o objetivo de garantir a segurança e a integridade de professores e alunos.

**Art. 2º** Para executar as ações do Programa poderão ser criados Núcleos Multidisciplinares de Prevenção (NMP) nas escolas.

§ 1º Os NMP serão compostos por psicólogo, assistente social, psicopedagogo, um representante do Conselho Tutelar e um profissional da área de segurança pública.

§ 2º Os NMP realizarão avaliações periódicas das ações do Programa e planejarão suas atividades.

§ 3º As atividades realizadas pelo Programa de que trata o art. 1º envolverão:

I – jogos pedagógicos;

II – palestras interativas, com distribuição de cartilhas sobre prevenção da violência;

III – dinâmicas de grupo;

IV – incentivo à leitura, através da distribuição e do intercâmbio de obras literárias;

V – acompanhamento psicológico;

VI – filmes educativos;

VII – reuniões periódicas com pais e professores.

**Art. 3º** As atividades do Programa de que trata o art. 1º deverão ocorrer, no mínimo, uma vez por mês.

**Art. 4º** Poderão ser criados NMP, nos moldes previstos nos artigos anteriores, nas unidades socioeducativas de internação, previstas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA).

**Art. 5º** A fiscalização do Programa de que trata o art. 1º será realizada trimestralmente.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto visa à criação de Programa de Prevenção da Violência na Rede Educacional Brasileira, por meio de ações preventivas e educativas que garantam maior segurança e integridade física e psicológica aos membros da comunidade escolar, especialmente aos estudantes, conforme é assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Os Núcleos a serem criados pelo Programa nas escolas e nas unidades socioeducativas de internação funcionarão como espaço de apoio às ações pedagógicas e de cidadania, além de configurar elo de aproximação entre a comunidade e a escola.

Trata-se de proposição derivada de sugestão oriunda da iniciativa das Jovens Senadoras Ágata Pereira, Ana Paula Feitosa, Danielle Almeida, Marta Pereira, e do Jovem Senador Márcio Bugine Jr, debatida e aprovada durante a legislatura do Programa Senado Jovem Brasileiro – Edição 2013.

Sala da Comissão,

*Ágata Pereira*, Presidente

*Márcio Bugine Jr*, Relator

**SENADO FEDERAL**  
**Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH**  
**SUGESTÃO Nº 1, de 2014**

ASSINAM O PARECER, NA 41ª REUNIÃO, DE 04/06/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: André

RELATOR: Roberto Requião

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Ana Rita (PT) <u>PRESIDENTE</u>	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT) <u>Eduardo Suplicy</u>
Paulo Paim (PT) <u>Paulo Paim</u>	3. Humberto Costa (PT) <u>Humberto Costa</u>
Randolfe Rodrigues (PSOL)	4. Anibal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT) <u>RELATOR</u>	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) <u>Wellington Dias</u>	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO
VAGO	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Paulo Davim (PV)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) <u>Vanessa Grazziotin</u>	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD) <u>Sérgio Petecão</u>	5. VAGO
Lidice da Mata (PSB) <u>Lidice da Mata</u>	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM, SD)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO
VAGO	3. Wilder Moraes (DEM)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Magno Malta (PR)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Gim (PTB)	2. VAGO
Marcelo Crivella (PRB)	3. VAGO

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.**

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

.....

Publicado no **DSF**, de 19/8/2014

---

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

**OS: 13615/2014**